

Alguns Registros sobre a Festa de Santo Antônio

Igor de Menezes Soares

As ações referentes à preservação do patrimônio cultural de natureza imaterial, no âmbito da Superintendência do IPHAN no Ceará, principiam¹ de forma mais sistemática com o denominado “Projeto Cariri”, coordenado pela, então, Chefe da Divisão Técnica do IPHAN/CE, Olga Gomes de Paiva.

O Projeto consistia basicamente na elaboração de inventário, utilizando-se da metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), de alguns bens culturais localizados na região do Cariri - como a Festa de Santo Antônio, em Barbalha, os Lugares Sagrados de Juazeiro do Norte e a obra do escultor Manoel Graciano -, visando ao processo de registro de cada um desses bens culturais. Havia, a princípio, a necessidade de desenvolvimento do mapeamento cultural dos municípios que compõem a região do Cariri como um todo, no entanto, algumas manifestações foram selecionadas de forma a se levar adiante estudos mais aprofundados e específicos, como os que mencionamos anteriormente.

O Projeto Cariri, que iniciou em março de 2005, fundamentou-se em parceria entre a, então, “4ª Superintendência Regional do IPHAN”² e a Fundação de Desenvolvimento Tecnológico do Cariri (FUNDETEC) e Universidade Regional do Cariri (URCA), implicando a estruturação de “escritório técnico” como base de apoio aos trabalhos que iriam ser desenvolvidos, localizado na URCA. Ainda que as ações do Projeto cariri não tenham resultado em bens registrados no Ceará, não há como discutir a importância do referido projeto como relevante núcleo de aprendizado e formação na medida em que possibilitou aos seus bolsistas integrantes, estudantes de graduação dos cursos de história, ciências sociais, geografia e biologia, o contato com professores de reconhecida experiência e formação.

Em meio a várias dificuldades e problemas, a Superintendência do IPHAN no Ceará, em 2011, concluiu a realização de inventário sobre a Festa de Santo Antonio, em Barbalha. O trabalho de pesquisa e campo, bem como a elaboração do inventário propriamente, coordenado e desenvolvido pela professora Renata Marinho Paz e sua equipe, possibilitou a construção de referências importantes acerca dos distintos momentos desta manifestação, bem como de seus minuciosos elementos.

Ao abordarmos uma festa considerada tradicional como é a Festa de Santo Antônio, em Barbalha, sobretudo tecendo considerações sobre a composição de um inventário e o desenvolvimento do processo de registro de tal manifestação, gostaríamos talvez de pensá-la como um conjunto de práticas e discursos que configuram uma determinada paisagem da cidade de Barbalha.

Conquanto a Festa de Santo Antônio seja uma manifestação sujeita a novas dinâmicas e reformulações a cada ano, não deixa de ser uma referência paisagística na medida em que se delinea - por meio de imagens, relatos, memórias, políticas, propagandas – a construção de alguns sentidos concernentes a determinados espaços e práticas, tornando-os centrais nos discursos e percepções envolvendo a instrumentalização de noções como identidade, tradição, cultura, cultura popular etc.

A Festa de Santo Antonio, assim como outras manifestações, é um emaranhado de vozes que partem de lugares de fala, por vezes, bastante distintos. É óbvio que nossa compreensão sobre a Festa não se restringe às relações entre os participantes ligados às manifestações e ritualizações consideradas centrais, tais como o corte, carregamento, hasteamento, missas e trezena; a festa, de forma ampla, é um complexo interdependente que, decerto, se modela e remodela em conformidade à atuação de indivíduos e grupos sociais, os quais, de algum modo, estão envolvidos com sua ritualização, produção, divulgação, financiamento e organização.

Albuquerque Júnior (2011, p. 147) nos faz algumas considerações bem interessantes sobre festas ao mencionar que não seria seu propósito tratá-las como “manifestações autênticas do povo, como espaços de um mundo cultural à parte, paralelo ou resistente à dominação”; para Albuquerque Júnior, as festas seriam “espaços de negociação, de tensões, de conflitos, de alianças e de disputas entre distintos agentes”; neste sentido, cabe-nos ainda mencionar mais algumas palavras concebidas pelo referido historiador, o qual faz menção ao fato de tais disputas não aludirem tão somente aos sentidos e significados atribuídos a determinada festa, mas também às práticas, às regras e aos códigos que, de alguma forma, lhe atribuem concreção.

¹ Torna-se importante fazer menção ao fato de que, ainda que o Projeto Cariri só inicie suas atividades a partir de 2005 de forma mais estruturada, com a instalação de “escritório técnico” como espaço e base de apoio às ações de inventário, conforme mencionamos no corpo do texto, em 2002, já se fazia mapeamentos e levantamentos dos bens culturais acerca da Festa de Santo Antônio, em Barbalha.

² A partir de 2009, a 4ª Superintendência Regional do IPHAN passou a ser denominada Superintendência do IPHAN no Ceará.

Em verdade, ao tempo que nos organizávamos a fim de contribuir, da melhor maneira possível, com o andamento do processo de Registro da Festa de Santo Antônio, transformava-se nossa capacidade de perceber e entender tal bem cultural. As nossas reflexões sobre a festa nos levava a abranger nossa compreensão sobre alguns termos muito utilizados quando se pauta determinadas manifestações culturais, como a referida festa, tais como tradição e identidade.

Portanto, a cada passo que dávamos, e ainda estamos a fazê-lo, visando a encaminhar ações cujos propósitos referiam-se ao processo de registro da festa no livro das Celebrações³, sentíamos a plena necessidade de ampliar nossa visão de forma a torná-la não mais restrita ao plano do movimento ritualístico, da narrativa pré-concebida daquilo que se espera sobre a Festa de Santo Antônio. A festa, portanto, nos exigia um tanto mais de acuidade e, sobretudo, reflexão acerca de nossas ações, como historiadores e técnicos ligados a uma instituição cujos objetivos traçados aludem sobremodo à preservação, promoção e salvaguarda do patrimônio cultural.

As distintas reuniões de que participávamos nos indicava claramente outra dinâmica alusiva à festa; os conflitos emergiam e se aproximavam, evidenciando-nos as disputas, os desejos e ânsias que visualizavam o poder de dar corpo e significado àquele evento. De certo modo, conforme nos percebíamos como parte ativa em um processo de reconfiguração da festa, já que estávamos a discutir e empreender ações com vistas ao registro daquela manifestação, passávamos, pouco a pouco, a compreender que, de um modo geral, as festas necessariamente apresentam outra face, nenhum pouco menos relevante, quando pensamos em sua legibilidade.

Portanto, para além dos sujeitos que protagonizam os elementos ritualísticos das manifestações, os quais, decerto, contribuem para a concretização de uma festa como um evento de grandes dimensões, torna-se relevante mencionar que, de forma alguma,

³ O Decreto Nº 3551, de 04 de agosto de 2000, que institui o instrumento de registro dos bens culturais de natureza imaterial, já no artigo primeiro elenca os livros nos quais deverão ser inscritos os referidos bens, sendo o primeiro o “Livro de Registro dos Saberes”, que se refere sobremodo a determinados conhecimentos pertinentes à vivência de determinada comunidade; o segundo seria o “Livro de Registro das Celebrações”, em que entrariam “rituais e festas” que expressivamente se referem à construção e à sociabilidade de distintos significados sociais vinculada a grupos e comunidades; o terceiro seria o “Livro de Registro das Formas de Expressão”, no qual seriam inscritas manifestações diversas como literatura, música, artes plásticas, artes cênicas, dentre outras possibilidades; e o último livro seria o “Livro de Registro dos Lugares”, onde poderiam ser inscritos espaços significativos em se considerando a realização de determinadas “práticas culturais coletivas”.

não se restringe a estes elementos; configura-se, pois, também na logística e empenho administrativo em fazê-la acontecer, com seus shows, horários e programações definidos, recursos, contratações, licitações etc.; a festa se delineia também nas inúmeras matérias jornalísticas, contratadas ou não, nas memórias e esquecimentos propagados, nos ensaios fotográficos e publicações, nas teses e dissertações, assim como nas ideias difundidas e aceitas, na divulgação, nas produções literárias, vídeos, documentários, reportagens veiculadas em programas televisivos, nas políticas, concebidas e instituídas, nas rezas e outras manifestações de fé, compartilhadas, bem como no cotidiano e exercício da política e nos caminhos e descaminhos da imaginação.

Tal percepção é resultado da experiência de dialogarmos com vários sujeitos, por motivos diferentes, de forma a apresentá-los as razões e necessidades de nosso trabalho no âmbito da cidade de Barbalha, quando retomamos o desenvolvimento do inventário para registro da Festa de Santo Antônio, em 2010. Em um primeiro momento, por exemplo, tivemos que tecer algumas considerações e explicações, mesmo que não tivéssemos respostas tão claras e propagáveis, sobre o longo e demorado processo que se arrastou desde os primeiros anos em que se deu início o referido “projeto cariri”, sem que resultasse, por parte do Iphan, ações concretas ou considerações coerentes acerca dos rumos que levaram as ações desenvolvidas até então.

As dúvidas, questionamentos e críticas nos guiaram em um primeiro momento; afinal, estávamos ali, em Barbalha, a fim de levar adiante um trabalho que já deveria estar conclusivo ou muito próximo do fim, e não estava. Não conto os momentos em que tivemos que calmamente ouvir críticas e reclamos, corriqueiramente duvidosos e reticentes quanto as nossas palavras e futuras ações. Em verdade, tivemos que recomençar os trabalhos praticamente do zero, já que apenas tivemos contato com algum material deixado pela coordenação anterior sem qualquer organização prévia ou conteúdo que nos levasse a identificar uma pesquisa ou inventário desenvolvido sobre a festa. Por sorte, em contato com a professora Renata Marinho Paz, que coordenara o inventário pela FUNDETEC/URCA, a fim de saber um pouco mais sobre os trabalhos realizados e, sobretudo, sobre os resultados obtidos, pudemos entrar em contato com uma cópia do que fora produzido e isso nos permitiu empreender continuidade ao processo interrompido.

Não restam dúvidas de que a Festa de Santo Antônio, como construção paisagística de Barbalha, reflete sobremaneira uma referência cultural da cidade; a festa

sintetiza, portanto, a ideia de uma coerência comunitária da sociedade de Barbalha expressa por meio de construções ritualísticas e performáticas que convergem a um elemento central – a fé em Santo Antônio. A composição de um inventário sobre a festa, e mais do que isso, a possibilidade de registro da Festa de Santo Antônio como “patrimônio cultural brasileiro” gerava, como bem falamos anteriormente, um princípio de suspeita e dúvida, completamente justificados, ao tempo que fomentava, quando o diálogo já estava em curso, certo movimento de ansiedade que provocava a busca, por parte de alguns sujeitos envolvidos, pela interlocução e o desejo de participar; afinal, estávamos a tratar de algo sobre o qual, a princípio, muito menos tínhamos, nós forasteiros, a dizer.

As dúvidas e questionamentos que nos eram postos dirimiam-se com certo vagar, e para isso fizemos algumas reuniões nas quais presentes estiveram jornalistas, professores, carregadores, políticos e outros tantos representantes da sociedade de Barbalha, que, por vezes, se posicionavam contundentemente em suas colocações, como já bem falamos, o que nos levava a mais explicações ou explanações sobre a nova formação que estava à frente de tal processo, bem como acerca do processo em si, referente ao registro da Festa de Santo Antônio.

Com vistas a dar prosseguimento ao processo de registro, desenvolvemos algumas ações⁴ conforme estabelece a Resolução 001⁵, de 03 de agosto de 2006, aludindo aos procedimentos a fim de se levar adiante o processo administrativo de Registro dos bens culturais de natureza imaterial. Ou seja, encaminhamos a contratação de serviços fotográficos, realização de documentário, exposições, ao passo que

⁴ Desenvolvemos também algumas ações cujos interesses se referiam à promoção da Festa de Santo Antônio, como exposições fotográficas, assim como deveremos inaugurar sobre a referida festa uma exposição na sede da Secretaria de Cultura e Turismo de Barbalha, utilizando, além de fotografias, objetos doados e emprestados pela população local; a exposição, que não será permanente, deverá nos próximos meses estar concluída. Outra ação que consideramos relevante é a publicação da qual este artigo é parte vez que divulga e permite circulação de conhecimento produzido sobre a Festa de Santo Antônio.

⁵ A resolução 001, de 03 de agosto de 2006, expressa a necessidade de requerimento de forma a dar início ao processo de registro de determinado bem de natureza imaterial. Tal solicitação será destinada ao Presidente do IPHAN, constando algumas informações imprescindíveis como “identificação do proponente”, “justificativa do pedido”, a “denominação e descrição sumária do bem proposto para registro”, “informações históricas sobre o bem”, alguns documentos referentes ao bem - como fotografias, vídeos, desenhos e gravações sonoras -, “referências documentais e bibliográficas sobre o bem”, e “declaração formal da comunidade produtora do bem ou de seus membros, expressando o interesse e a anuência com a instauração do processo de registro”.

dialogávamos com a Secretaria de Cultura e de Turismo de Barbalha e com o Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI), vinculado ao IPHAN, de forma a encaminhar da melhor maneira possível o requerimento quanto ao registro, bem como a completa documentação necessária visando a tal propósito; enfim, íamos, dentro de nossas possibilidades técnicas, dialogando e oportunizando que outras partes interessadas, por razões diversas, na festa, assim como no próprio registro da manifestação, pudessem se pronunciar de alguma maneira e empreendessem, assim, alguma comunicação ainda que entremeada por conflitos.

Na documentação que enviamos ao Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI), constando requerimento alusivo ao Registro bem como um dossiê inicial acerca da Festa de Santo Antônio, que nos foi repassado pela Secretaria de Cultura e Turismo de Barbalha, trazia, a princípio, referências distintas quanto à denominação do bem cultural em questão; alguns documentos, pois, reportavam à “Festa de Santo Antônio”, outros à “Festa do Pau de Santo Antônio”, enfim, havia algumas diferenças que implicavam problemas no que cerne ao encaminhamento do requerimento já que no artigo 4º da Resolução 001, de 03 de Agosto de 2006, há menção referente à necessidade de denominação e descrição sumária do bem para o qual se estava solicitando o Registro.

A partir de tal questão houve algumas reuniões cujos propósitos eram nos permitir levar adiante discussões sobre os rumos que estavam sendo dados em se tratando do processo de Registro da festa e a resolução de algumas pendências, como a que abordamos anteriormente. As reuniões nos exigia função de mediação afinal estávamos a tratar de temas que perpassavam instrumentos e políticas pertinentes ao IPHAN, o que nos permitia enxergar algum delineamento e configuração das vozes presentes e, de certo modo, como tais sujeitos iam dialogando entre si, buscando e expondo legitimidade, conflitando; desta forma, os sentidos e os significados daquela tradição, acerca da qual estávamos a nos debruçar, nos remetiam necessariamente a pensar em negociação, em política, de forma ampla.

As tradições, sobretudo as que se tornam símbolo ou marca de uma cidade, acompanham as mudanças e diferenças que resultam do jogo e embates da vida urbana; A ressemantização e transformações que envolvem tais práticas culturais, por vezes, exige dramática negociação; em outros momentos, e não são tão raros, expõem o desejo autárquico e narcisista de decisões unívocas, pouco afeitas aos desenlaces democráticos. É certo, entretanto, que em face à configuração política municipal aproximar-se dos

desígnios da festa, não há dúvidas de que a negociação partindo de lugares de fala assim como de sujeitos distintos transcorre com certa constância.

Uma reunião, por exemplo, da qual participamos e que certamente foi bastante interessante ocorreu no plenário da câmara dos vereadores; lá estavam dezenas de carregadores, vereadores, o Prefeito de Barbalha e outros interessados. O tema central da reunião não foi propriamente o processo de Registro, mas algumas questões referentes à Festa de Santo Antônio, envolvendo, sobretudo, o processo de carregamento e óbvio que a retomada dos trabalhos ligados ao registro deveria, naquela ocasião, ser anunciada e, de algum modo, apresentada e discutida. Basicamente, foram os primeiros passos de nossos trabalhos em Barbalha; nesta ocasião específica, portanto, como se tratava de uma reunião em que fomos apresentados à comunidade, a questão retrocitada da mediação não se aplicou.

Voltando ao início do parágrafo anterior em que falávamos sobre o quão interessante nos afigurava tal reunião, mormente quando algumas questões-chaves foram postas, apresentadas, há que se mencionar que o primeiro ponto que nos tornou mais atenciosos referiu-se ao destaque e às reclamações provindas dos carregadores os quais teciam considerações quanto à relação que se estabelecera, quando do carregamento do “pau de Santo Antônio”, entre eles e os membros da polícia, que acompanhavam a festa, principalmente quando os carregadores atingiam a zona urbana de Barbalha. O que se pronunciava, ao longo da ocasião, é que o comportamento policial durante as festas anteriores apresentava-se um tanto quanto pouco condizente, pois, com o universo do processo de carregamento. Os relatos acusavam a ação policial de equivocadamente violenta, incapaz de compreender a lógica subversiva, inversiva e de fé que caracteriza as ações dos carregadores.

Desta forma, aos olhos de quem chegava pelas primeiras vezes a fim de presenciar, vivenciar a Festa de Santo Antônio, em Barbalha, e, de certo modo, poucos elementos conhecera - apenas algumas imagens correntes veiculadas em jornais ou televisão, bem como as lembranças fortuitas de relatos de quem já a visitara por motivos e propósitos distintos -, as manifestações que chamavam atenção e, portanto, enchiam os olhos de interesses referiam-se de algum modo aos elementos considerados tradicionais. Apenas com o tempo, deixando um pouco de lado a vermelhidão do barro que contextualiza uma grande parte do carregamento, assim como o colorido disperso das roupas de tantos brincantes e os sons característicos de cada uma das manifestações presentes ao longo da festa, íamos atentando para o restante, para os bastidores, apertos

de mão, reclamamos e, mesmo, alaridos que nos permitiam, como indícios, ver e pensar aquela tradição de uma maneira distinta.

A experiência da tradição se forja vinculando passado e presente, explicitando, de algum modo, permanências. A tradição nos remete a elementos, dentre os quais os discursivos, que expressam e indicam relações incontestáveis entre o passado, ou melhor, o passado comum referente à ideia de um coeso grupo social e o seu presente. Posto que as práticas tradicionais sejam permeadas por descontinuidades e recriações, as narrativas e elementos que indicam continuidade tornam-se imprescindíveis, como a estabelecer uma outra ideia de relação temporal; tais práticas chamam o passado ao presente e buscam construir uma coerência narrativa entre temporalidades distintas, concebendo a origem de determinada união, as razões para vínculos e sentimentos comunitários e identitários.

Souza (2000), tecendo considerações sobre a festa, elenca três momentos que considera fundamentais para a sua compreensão na medida em que a ocorrência de algumas transformações levam a mudanças que, de certa maneira, influenciam a forma como se desenvolve tal manifestação. O primeiro refere-se à atuação do pároco José Correia Lima, estendendo-se aproximadamente de 1928, quando ocorre a criação⁶ da manifestação⁷, à década de 40; nesse primeiro momento o referido autor considera predominante o aspecto religioso.

O segundo momento seria da década de 40 até os primeiros anos da década de 70. O autor afirma que, a partir da década de 40, ocorrerá a “carnavalização da festa”⁸, implicando, portanto, ampliação no que se refere à participação popular em detrimento de um teor mais religioso da manifestação, que caracterizou a fase anterior conforme já

⁶ É importante mencionar que Souza (2000), embora faça menção ao ano de 1928 como de criação da Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio, em Barbalha/CE, constituindo, inclusive a primeira referência no que concerne ao período estudado, deixa claro que a devoção a Santo Antônio, em Barbalha, principia em 1778, quando “o Capitão Francisco Magalhães Barreto e Sá [...] solicitou ao Visitador Manoel Antônio da Roxa [...] licença para construir uma capela em louvor ao Santo de Lisboa” (SOUZA, 2000, p. 18).

⁷ Souza (2000, p. 20) afirma ser inadequado falar em “festa” quando a abordagem se refere ao primeiro momento proposto já que basicamente havia o carregamento e hasteamento, além de outros rituais católicos. A caracterização da manifestação enquanto “festa” dar-se-á a partir do segundo momento, portanto, quando ocorre a carnavalização da manifestação.

⁸ Segundo Souza (2000, p. 48), a concepção de carnavalização utilizada em seu trabalho parte de Bakhtin (1993), que compreende a carnavalização como uma inversão de valores, uma “concepção de mundo e de vida em oposição à concepção de mundo e de vida da cultura oficial” (SOUZA, 2000, p. 48).

mencionamos. A festa não mais estaria restrita e atrelada aos rituais católicos, ainda que, sem lugar a dúvidas, a instituição continuasse a expressar fundamentalmente momentos centrais e imprescindíveis ao longo de toda a celebração.

Por fim, como terceira fase indicada pelo autor, pode-se dizer que tal caracterização nos remete a aspectos da configuração atual da festa. Ou seja, no domingo em que ocorre o carregamento e hasteamento do pau da bandeira, logo pela manhã, por volta de cinco horas, alguma movimentação já vai ocorrendo, sobretudo o som inconfundível das bandas cabaçais que principiam a trilha de um roteiro cujo propósito central é construir a ideia de um espaço que remete os expectadores a expressões que supostamente aludem a noções como “cultura brasileira” e “cultura popular”.

Outros tantos folguedos se posicionam e vão tomando conta do espaço; sob o sol a pino e a cumplicidade retumbante da Igreja Matriz e do casario antigo, os sons, movimentos e coloridos das manifestações, além do exotismo de tantas presenças ilustres para quem inevitavelmente os olhares convergem, marcam o tom da diferença e da mistura organizada. No mesmo domingo no qual os grupos de folguedos se manifestam dispersos pelas adjacências do largo onde se encontra a Igreja Matriz, e que desfilam como uma marcha seguindo a bandeira de Santo Antônio, ocorre o carregamento do “pau” por um percurso de aproximadamente seis quilômetros, provindo do sítio Flores até o local destinado ao hasteamento do “pau da bandeira de Santo Antônio”.

O carregamento - que, decerto, é um dos momentos centrais da festa – reúne uma porção de homens dedicados ao esforço enorme de levar adiante, em seus braços e ombros, a condução, em direção ao local de hasteamento, de uma árvore desgalhada, cuja extensão chega a vinte e dois metros, ou mais, e o peso a aproximadamente duas toneladas, duas toneladas e meia, estando um pouco mais leve no dia em que será transportada por ser posta a secar, ao longo de quinze dias, na chamada “cama do pau”, exatamente durante o intervalo entre o dia em que ocorre o corte da árvore e o referido carregamento. Após visível tenacidade e esforço realizado, assim como recompensado, em meio às brincadeiras de duplo sentido, ou demonstrações várias de virilidade, como nas simulações de embates corporais ou consumo demasiado da “cachaça do Senhor Vigário”, a festa, nos dias que seguem, apresenta seu fervor religioso nos noitários e procissões até o dia 13 de junho, data em que se celebra o santo padroeiro de Barbalha. Os passos e demonstrações de fé dividem as expectativas com atrações artísticas que

visitam a cidade neste período e que atraem uma porção de interessados ao parque da cidade.

A festa vai sendo construída na proximidade entre os novos elementos que passam a incorporar a lógica e configuração da manifestação como um grande evento cultural e turístico da cidade de Barbalha, capaz de dar visibilidade ao município, atraindo milhares de pessoas que se deslocam em busca do movimento, das atrações musicais e, sem dúvida alguma, da irreverência das narrativas que garantem o poder milagroso do “pau de Santo Antônio” - capaz de levar ao altar a moça que lhe toque com muita fé ou que venha a bebê-lo em chá, assim como o interesse refere-se às manifestações ritualizadas de fé, sobretudo quando se trata de uma experiência que não se pode vislumbrar em quaisquer paragens; a tradição, portanto, torna-se um atrativo a parte.

A busca pelo tradicional, e aí referimo-nos às nossas percepções quando em Barbalha chegávamos a nossas primeiras viagens, não deixa de ser um interesse pelo outro; a idealização do outro localizado em um passado cristalizado em trajes, músicas, rezas, artefatos e determinados movimentos que, a uma certa distância, imprime toda a coerência de uma manifestação que já não se evidencia tão facilmente, sobretudo nos grandes centros urbanos; é como se tais manifestações sobre as quais estamos a falar expressassem valores e interesses que de jeito algum reportam às conformidades da vida urbana, às transformações e velocidade dos avanços tecnológicos, aos individualismos, excessos de consumo e paranoias de uma complexa rede de relações que caracterizam eminentemente a vida contemporânea.

As distintas matérias de jornais sobre a Festa de Santo Antônio nos permitem evidenciar certa paisagem delineada. O inventário desenvolvido pelo Iphan, assim como todo o processo visando ao registro de tal bem cultural, ao passo que dialoga com todo um aparato narrativo e imagético construído ao longo de décadas, que sem dúvida referencia diversos sentidos atribuídos à cidade e à manifestação, reforça e institui a festa como símbolo inquestionável que se refere à ideia de uma tradição, de uma trajetória comum de determinado grupo social.

A Festa de Santo Antônio configura uma “comunidade imaginada” (ANDERSON, 2008, p. 32) que passa a tê-la como referência de lugar de origem; quase como um símbolo pátrio que, de alguma forma, indica semelhantes, estrangeiros, indica reconhecimento. A Festa de Santo Antônio, na medida em que, por sua enorme dimensão, atrai atenções de toda a mídia do Estado, além da mídia de veiculação

nacional, como alguns programas de televisão, torna-se um forte elemento de reconhecimento de Barbalha e dos barbalhenses. Durante a festa, o mundo parece convergir seus olhares, que se expressam nas inúmeras câmeras, reportagens e turistas curiosos que indicam claramente o interesse forasteiro.

A ideia de identidade, ao tempo que indica o desenvolvimento de um trabalho ideológico muitíssimo bem elaborado, delimita, exclui, assim como constrói a ideia quase incontestável e coerente de um passado comum. Sob a égide das identidades culturais correm narrativas que se debruçam na experiência compartilhada e nas lembranças, que também denotam, sem lugar a dúvidas, certa cumplicidade, amparada, pois, em um tempo distante.

A continuidade torna-se elemento sem o qual a ideia de identidade perderia o passado como forte instrumento de sua concepção. Destarte, memória e história afiguram-se de forma relevante em tais processos. Na Festa de Santo Antônio, em Barbalha, evidenciam-se, claramente, descontinuidades que geram fricções e discussões à medida que expressam mudanças no âmbito do que seria a estabilidade ritualística. As mudanças ou atualizações por que passa a festa nem sempre se aproximam dos elementos ritualizados, mas surgem geralmente como estratégia cujo propósito seria a implementação de novos atrativos com vistas à ampliação do público, dos consumidores da festa.

Le Goff (2003, p. 538) menciona que os documentos são monumentos na medida em que são produtos sociais, resultam “do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária e involuntariamente – determinada imagem de si próprias”. Torna-se, portanto, imprescindível desconsiderarmos a ideia de naturalidade quando estamos a tratar de bens culturais, de forma a se perceber que a atribuição de valor é o resultado de relações sociais, de relações envolvendo distintos sujeitos, e seus discursos, dotados de interesses vários, implícitos ou explícitos, e menos uma característica inata aos referidos bens culturais; como afirma Chuva (1998, p. 243), “não há patrimônio dado *a priori*”.

O patrimônio cultural, as tradições e as identidades não deixam de ser um conjunto de discursos e práticas por meio dos quais se vão conformando sempre narrativas de sentidos. Os significados vão ganhando corpo quando da idealização e construção do curso, no calor dos embates, das formulações e reformulações de argumentos e assertivas. No jogo de tais representações⁹, as narrativas se vão

delineando, forjando coerências, ao tempo que se instituem símbolos, códigos, regras tácitas.

E assim, em meio aos instrumentos, às políticas que nos conformam o cotidiano da atividade técnica, própria de um órgão público cuja função é a preservação do patrimônio cultural, percebemo-nos, por vezes, camuflados de técnicos, enrijecidos pelo rigor de legislações e orientações jurídicas, administrativas que se chocam brutalmente com os profissionais que trazemos para além da função técnica; afinal, não há uma mera fantasia e uma vestimenta que nos tornem historiadores; somos, tão simples assim; e é sempre um alívio saber que a única rigidez que nos apetece leva-nos ao rigor do método, do uso das fontes e da escrita, e é bom que assim seja.

De resto, aos dissabores dos processos administrativos, das viagens cansativas, de idas e vindas, fica sempre o sabor das novidades, dos perímetros que se estendem dentro de nossas cabeças, a cada viagem, como a acompanhar o consumo das estradas pelo automóvel, que nos permite velocidade e distância, além do enorme prazer da cumplicidade das amizades que se vão instituindo, regada pelas preocupações comuns, resoluções compartilhadas, mesmo perante o desconforto de algumas reuniões, das

⁹ Reportamo-nos ao conceito de representação concebido por Chartier (2002), segundo o qual seriam construções de sentido de forma a tornar o mundo compreensível nos termos instituídos e legitimados por determinados grupos sociais.

Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Festas para que te quero: por uma historiografia do festejar. **Patrimônio e Memória**. UNESP – FCLAs – CEDAP. v. 7, n. 1. p. 134-150, jun. 2011.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- CHUVA, Márcia. A história como instrumento na identificação dos bens culturais. In: MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz Resende (Org.). **Inventários de Identificação**: Um panorama da experiência brasileira. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e Cidadãos**. Rio de Janeiro: ed. UFRJ, 2008.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.
- SOUZA, Océlio Teixeira de. **A Festa do Pau da Bandeira de Santo Antonio de Barbalha (CE)**: entre o controle e a autonomia (1928-1998). Rio de Janeiro: UFRJ (Dissertação de Mestrado em História Social), 2000.

muitas horas dentro de um carro; os rumos comuns podem vincular, e aí, não deixa de ser doce o trajeto, a expectativa da peixada que estar sempre programada, ou na ida ou na vinda, das boas histórias gargalhadas, daquela música que de, tão linda, nos traz a memória à tona, a saudade de casa, mesmo que em prazerosa companhia, da amiga Ítala e do amigo Vicente, companheiros tenazes de todo o processo.

Notas